



DESTAQUES

- **DECRETO QUE VISA REGULAMENTAR A COMERCIALIZAÇÃO LEGAL DE ARMAS E MUNIÇÕES NO BRASIL AGUARDA AVAL DO PRESIDENTE PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL**
- **CRISE ENTRE PLANALTO E ARTHUR LIRA MOVIMENTA BASTIDORES DO CONGRESSO NACIONAL**

CONGRESSO NACIONAL

O presidente da Câmara Arthur Lira (PP/AL) deu novos pronunciamentos sobre a crise de articulação do governo federal na Câmara dos Deputados. O descontentamento de Lira com o governo coloca a governabilidade de Lula em cheque. Na última semana, Lula e Lira tiveram uma conversa reservada, antes da aprovação de pautas estratégicas para o Planalto. Na ocasião, Lira negou que tenha pedido cargos ao presidente Lula, como condição para apoiar a aprovação das Medidas Provisórias que reorganizaram a estrutura administrativa da Esplanada dos Ministérios, com criação de novas pastas e funções. Todavia, o presidente da Câmara alertou que se o governo deseja melhorar seu diálogo com a base parlamentar, necessitará “repensar os rumos” da articulação. A mensagem foi recebida pelo Planalto como um recado à pasta de Relações Institucionais da Presidência, comandada pelo Ministro Alexandre Padilha (PT/SP), e a Casa Civil, de Rui Costa (PT/BA).

O Ministro da Casa Civil, Rui Costa, instalou uma nova crise institucional, no último dia 2/6, quando criticou Brasília, chamando-a de ilha da fantasia. O pronunciamento desagravou a bancada do Distrito Federal e agravou a crise com o Congresso Nacional. Rui Costa chegou a pedir desculpas à população do Distrito Federal, em pronunciamento dessa quarta-feira (7/6). A relação do Planalto com o Distrito Federal,

econômica de Lula. Outra pauta que deve colocar o Planalto em confronto com o Congresso é a publicação do decreto que regulamenta a comercialização de armas e munições no país. A proposta já passou pela Casa Civil, e aguarda o aval do presidente Lula para ser publicada.

A Comissão Mista de Inquérito (CPMI) criada para apurar os atos antidemocráticos ocorridos no dia 8/1 em Brasília, aprovou nesta terça-feira (6/6) o plano de trabalho apresentado pela relatora, senadora Eliziane Gama (PSD/MA). Ao todo, foram 18 votos favoráveis à aprovação e 12 contrários. O resultado foi considerado pela base governista como uma vitória, já que o texto amplia o escopo de investigação. Entrará na mira da CMPI os atos de depredação ocorridos na região central de Brasília após a diplomação do presidente Lula, em 12/12, e a tentativa de atentado à bomba no aeroporto de Brasília, ocorrido dia 24/12. Além disso, serão objetos de investigação pela CPMI: as operações da PRF nas eleições de 2022, a atuação do então Ministro da Justiça do governo Bolsonaro, Anderson Torres; as relações do ajudante de ordens do ex-presidente Bolsonaro, Mauro Cid, com pessoas investigadas por atos antidemocráticos; os acampamentos bolsonaristas que ocorreram em frente a quartéis do Exército Brasileiro; bem como a atuação das Forças Armadas. O plano de

además, tem outro capítulo negativo, com a redução do Fundo Constitucional para custeio das despesas de segurança pública da capital federal, entre outros. A proposta consta no marco regulatório do arcabouço fiscal, que tramita na Câmara dos Deputados, sob aval da equipe

trabalho aprovado foi disponibilizado ao público no portal institucional da CPMI, hospedado no site do Senado. As deliberações acerca das convocações de testemunhas e investigados para prestar esclarecimento, todavia, foram adiadas para a próxima semana.

MINISTÉRIOS E PLANALTO

O novo decreto que regulamentará a comercialização de armas e munições no Brasil aguarda para ser publicado. Resta o aval definitivo do presidente Lula. O texto já teria passado pela área técnica da Casa Civil e da presidência. Durante essa semana, a expectativa de publicação no Diário Oficial movimentou a oposição no Congresso, que se articula para apresentação de proposições que poderão sustar os efeitos do futuro decreto. A demora do Planalto, todavia, pode ter relação com a crise institucional entre o governo e a oposição no Congresso Nacional. A leitura é de que uma proposta excessivamente restritiva moverá o Centrão para a oposição, o que resultará em perda de força do governo para aprovar medidas estratégicas. O momento atual é de crise com o parlamento, em especial com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL). Lira tem feito declarações públicas criticando a articulação de Lula e exigindo mais atenção com sua base de apoio. O decreto de armas de Lula, editado em janeiro de 2023 é impopular e encontrou forte resistência na Câmara. Uma legislação que asfixie o setor bélico tem o poder de acentuar ainda mais a crise.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flavio Dino, participou na quarta-feira da abertura do 5º Simpósio Internacional de Segurança, Inteligência, Inovação e Tecnologia no Combate à Criminalidade. O evento é realizado pela Associação Nacional de Delegados da Polícia Federal e contou com oito eixos temáticos, com destaque para a investigação de crimes pela internet, controle de fronteiras e segurança nas escolas. Com assento na mesa de abertura, o Ministro Flavio Dino discursou em favor do controle da venda de armas e munições. O evento teve transmissão online.

O Ministro Flavio Dino anunciou, na quarta-feira (7/6), investimentos em segurança pública e polícia científica no Estado do Maranhão. Entre os anúncios realizados está a maior integração do Sistema Nacional de Análise Balística (Sinab),

projeto considerado estratégico pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). O Sinab visa a criação de um banco de dados de perícias balísticas e, segundo a pasta, possibilitará a integração dos vínculos entre armas e delitos praticados, o que ampliará o controle do uso de armas de fogo no país. A aposta de Dino é que o sistema também seja integrado à nova regulação do comércio de armas e munições no país.

Na contramão dos atuais pronunciamentos do governo federal, na direção de ampliar a carga tributária para aquisição de armas e munições, iniciativa da Deputada Estadual Soane Galvão (PSB/BA) visa isentar o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para compra de armas e munições por profissionais de segurança pública. A proposta legislativa foi autuada sob o número 24.927/2023 na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia e determina que a isenção valerá para aquisição de até duas armas de fogo. Em São Paulo, o PL 658/2020, de autoria do Dep. Agente Federal Danilo Balas, amplia a isenção do ICMS aos assessórios e munições, considerando os inativos e aqueles da reserva. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais apresentou, em 2022, proposta de isenção fixando em duas armas, aquelas que poderiam ser adquiridas com isenção de ICMS. O PL 3.126/21 tramita na Comissão de Fiscalização e Controle da ALMG. Os esforços estaduais, todavia, encontram resistência no Conselho Nacional de Polícia Fazendária (CONFAZ), que já emitiu parecer contrário. Entre os argumentos acerca da inviabilidade de legislações estaduais tratem sobre o tema, está a obrigatoriedade de submeter ao CONFAZ a proposta, é o que dispõe a Lei Complementar 24/1975. Já o governo federal acena com maior taxação, o que deve constar no pacote de normas enviadas pelo MJSP à Casa Civil, que regulamentará o comércio legal de armas e munições no Brasil.